

Senado aprova reajuste de servidores

Parlamentares atropelaram o regimento para votar projeto que aumenta em 60% a folha de pagamento da Casa

ERIKA KLINGL

BRASÍLIA - Os senadores deram ontem um presente aos funcionários da Casa. Aprovaram por 41 votos favoráveis, 10 contrários e 7 abstenções o plano de carreira dos servidores. O projeto de resolução andou mais rápido do que a maioria das leis aprovadas pelo Congresso. O pedido de urgência foi assinado por 72 dos 81 parlamentares e evitou que o projeto fosse discutido nas comissões temáticas. Quando o plano estiver integralmente em execução, funcionários efetivos receberão entre R\$ 4,5 mil e R\$ 9,5 mil e a folha de pessoal do Senado engordará em 60%.

A proposta seria discutida ontem pela Comissão de Constituição de Justiça, como item extra-pauta, mas os senadores evitaram tratar do assunto. O texto seguiu direto para o plenário. O não cumprimento das normas internas incomodou alguns parlamentares, que reclamaram da falta de transparência no andamento do projeto. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), inicialmente favorável, mudou o voto. "Não houve uma análise técnica autônoma, as comissões não discutiram e não sabemos o impacto financeiro do plano", observou. "Me desculpem os funcionários, mas não posso votar algo que não conheço", anunciou da tribuna para os servidores que lotavam o plenário.

O aumento não entrará de uma vez no contracheque, porque falta dinheiro no caixa do Senado. Virá aos poucos e reduzirá o impacto a 15% ao ano na folha de pagamento. Nesse ritmo, estima-se que o plano esteja totalmente em vigor daqui a quatro anos.

Dúvida - A legalidade da benesse salarial gera polêmica. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirma

que um plano de carreira deveria ser criado por projeto de lei. Precisaria ser aprovado pelo Senado e pela Câmara e sancionado pelo presidente da República. "Vou ao Ministério Público me queixar. Projeto de resolução não tem essa competência".

No Senado, a rapidez impressionou. Na terça-feira da semana passada, foi aprovado pela Mesa Diretora. Ontem, pelo plenário. A pressa se explica pela legislação eleitoral, que proíbe contratações e aumentos salariais de servidores públicos nos seis meses anteriores à data da eleição. O prazo se encerra em 6 de abril, este sábado.

Fernando Bizerra Jr. - BG Press/AJB



Aécio Neves, presidente da Câmara, e Ramez Tebet, do Senado, defenderam plano de carreira